



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção de equipamentos de refrigeração e climatização** nas diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de realizar as devidas manutenções aos equipamentos de refrigeração e climatização nas diversas unidades administrativas, escolares e de saúde do Município de São Geraldo/MG, permitindo que os equipamentos operem devidamente.

A ampla utilização de equipamentos de refrigeração e climatização nas unidades administrativas, escolares e de saúde no Município de São Geraldo/MG, é devido pelas condições climáticas da cidade, ao qual possui histórico de temperatura média 25,2°C. Portanto, as manutenções nestes equipamentos são corriqueiras devido ao constante uso e extremamente necessárias para manter o bom uso dos equipamentos, bem como o conforto de servidores, alunos, pacientes e demais usuários do serviço público municipal.

Observado que o Município não possui técnico especializado no quadro de pessoal, especificamente para este tipo de manutenção, a solução obtida é a terceirização com a contratação de empresa especializada no objeto.

Ainda, o objeto possui natureza continuada, observado seu impacto institucional.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2024 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Fundamentação: Descrição dos Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução

De acordo com o inciso III do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a escolha de soluções para a execução de contratos administrativos deve ser fundamentada, detalhando os requisitos necessários e suficientes para a seleção da proposta mais vantajosa. Neste contexto, o objeto da licitação é



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração e climatização** das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG. Logo, para a boa execução do objeto, se faz necessário o atendimento dos requisitos contratuais listados abaixo:

Sustentabilidade

Práticas sustentáveis: A empresa licitante deve atender os requisitos de sustentabilidade que serão pormenorizados em termo de referência ou instrumento próprio.

Capacidade Técnica

Experiência Comprovada: A empresa licitante deve demonstrar experiência prévia na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração e climatização, evidenciando capacidade de uma boa prestação de serviço.

Capacidade Financeira

Solvência Financeira: A instituição deve apresentar solidez financeira, comprovada por meio de certidão negativa de falência e concordata da sede da licitante, demonstrando possuir capacidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas no contrato.

Proposta Financeira: Apresentação de proposta financeira competitiva que demonstre o benefício econômico para a administração pública, considerando a estimativa de prestação de serviço, bem como os locais e o detalhamento do objeto.

Conformidade Legal e Regularidade Fiscal

Regularidade Fiscal e Trabalhista: A instituição deve estar em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas, comprovadas por meio de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

Conformidade com Normas Legais: Estar em conformidade com as normas e regulamentos dos órgãos reguladores, garantindo a legalidade de suas operações.

Qualidade do Serviço

Garantia mínima: A empresa licitante deverá garantir o prazo mínimo de 90 (noventa) dias após o recebimento efetivo do objeto.

Uniformidade na prestação de serviço: A empresa licitante deverá garantir uniformidade na prestação do serviço, observado que a não uniformidade poderá incorrer na exclusão do licitante, observado todas as formalidades anteriores.

Uso de materiais e peças de reposição da mesma fabricante: A empresa licitante deverá utilizar materiais e peças de reposição da mesma fabricante e com as mesmas especificações, a fim de não gerar danos às instalações;

As demais normas aplicáveis a boa execução do serviço.

A seleção de empresa que melhor atenda a estes requisitos, apresentando a maior oferta dentro das condições estabelecidas, reflete a busca pela maximização da eficiência e eficácia na gestão pública dos recursos, alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021. Este processo se baseia na transparência, na obtenção da proposta mais vantajosa para a administração e no estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a administração pública, ao planejar contratações, deve realizar uma estimativa cuidadosa das quantidades a serem contratadas. Esta estimativa deve ser acompanhada de memórias de cálculo e de documentos que lhe confirmam suporte, considerando as interdependências com outras contratações para possibilitar economias de escala.

No contexto da seleção de uma empresa para o fornecimento e gestão de cartão alimentação aos servidores, a estimativa das quantidades contratadas assume uma dimensão complexa e multidimensional, abarcando diversos fatores:

Quantitativo e Locais

Quantitativo de prestação de serviços: Estimativa do total de prestação de serviços, conforme planilha disponibilizada e preenchida em conjunto com as demais Secretarias do Município.

Locais de prestação de serviços: Os locais de prestação de serviços são as unidades administrativas, escolares e de saúde do Município, que são comumente disponibilizadas em documento próprio, capaz de realizar rota automática.

Esta abordagem estratégica não apenas assegura o atendimento das necessidades da administração pública de maneira eficaz e eficiente, mas também promove a utilização ótima dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme estabelecido pelo inciso V do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento para contratações públicas deve incluir um levantamento de mercado detalhado. Este levantamento visa analisar as alternativas disponíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica robusta para a escolha do tipo de solução a ser contratada. Especificamente, este processo deve:

a) Consideração de Contratações Similares

Análise Comparativa: Deve-se analisar contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas para identificar as melhores práticas, inovações tecnológicas, metodologias eficazes, e soluções que possam atender de maneira otimizada às necessidades da administração.

Benchmarking: Realizar um benchmarking para compreender os padrões de mercado, os custos envolvidos, as condições contratuais favoráveis, e as soluções tecnológicas mais avançadas.

b) Consulta Pública e Diálogo com Potenciais Contratadas

Diálogo Transparente: Promover diálogos com potenciais contratadas permite à administração entender melhor as capacidades do mercado, as limitações existentes e as possibilidades de customização de soluções para atender às necessidades específicas da administração.

Justificativa Técnica e Econômica

Após a realização do levantamento de mercado, a administração observou que este tipo de manutenção é comumente contratado pela Administração Pública, independentemente do nível de esfera governamental, e possuindo padrões de prestação de serviços uniformes.

Portanto, este tipo de contratação possui viabilidade técnica, operacional e orçamentária. Possuindo um custo-benefício alto à administração, observado que a opção alternativa seria a contratação de pessoal que deveria possuir capacitação suficiente, incorrendo em gasto de pessoal maior, observado que as manutenções, com exceção das de caráter preventivo, são pontuais e não necessitam de acompanhamento contínuo de um servidor específico.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O levantamento de mercado, seguido de uma justificativa técnica e econômica criteriosa, é fundamental para assegurar que a escolha do tipo de solução a contratar esteja alinhada com as melhores práticas, promova a eficiência da gestão pública e resulte na alocação otimizada dos recursos disponíveis. Esta abordagem, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garante a transparência, a competitividade e a obtenção do valor mais vantajoso para a administração pública.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Conforme o inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/21, o Município de São Geraldo-MG realizou pesquisa de mercado (Documento arrolado aos autos do Processo) para determinar o valor estimado para a contratação de empresa, com o objetivo de contratar empresa especializada neste objeto. O valor estimado anual, será definido após análise de preços com instituições de mesmo segmento de mercado, refletindo as expectativas de qualidade e eficiência desejadas. Documentos de suporte à estimativa podem ser mantidos em sigilo até a conclusão da licitação, assegurando a integridade do processo e condições equitativas para todos os participantes, alinhando-se aos preceitos de transparência e legalidade.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em observância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta fundamentação detalha a solução contratada em sua totalidade, abrangendo não apenas as especificações técnicas e funcionais do serviço mas também as obrigações relacionadas à manutenção e assistência técnica necessárias para garantir a continuidade e a eficácia da solução ao longo do tempo.

A descrição da solução como um todo, abrange os serviços continuados de uma administração, como a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração e climatização.

A empresa contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos disciplinados em Termo de Referência de acordo com os valores pré-determinados pelo Município.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Nesta contratação em específico, o agrupamento dos itens em lote, possibilita uma proposta mais atrativa aos fornecedores a fim de evitar eventuais licitações desertas em itens referentes às unidades localizadas no interior do Estado. Além disso, a divisão de lotes representa a medida administrativa mais operacional do que a regra da licitação por itens isolados, sendo adotada a adjudicação pelo menor preço global por lote, de modo que haja uma melhor coordenação das atividades e dos trabalhos a serem realizados pela empresa contratada, além de possibilitar a economia de escala, entre outros:

A licitação por lote traz maior facilidade de gestão, uma vez que a completa separação desses lotes em itens traria entraves, já que configuraria a necessidade de celebração de vários contratos, aumento dos custos com a gestão dos mesmos, aumento das taxas cobradas pela prestação dos mesmos, por parte das empresas, trazendo problemas com o tempo despendido para sua perfeita fiscalização e uma excessiva e desnecessária burocratização dos processos;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O fornecimento de materiais e o serviço de manutenção sendo realizados pela mesma empresa evita alegações de que a manutenção corretiva não foi eficaz devido à qualidade da peça fornecida;

Em relação à instalação e desinstalação de equipamentos, agrupar o item torna-se prudente para evitar que, em eventos onde é necessário acionar a garantia, a empresa que presta manutenção alegue algum problema da instalação e a que realizou a instalação alegue ser problema da manutenção;

A inclusão no grupo, fornece maior segurança que haja empresas para prestar todos os serviços da licitação. Ainda, durante a vigência do contrato, sendo atividades correlatas a licitação por lote evita que determinado serviço não seja prestado, atrapalhando o andamento dos outros;

Ainda, o parcelamento em vários itens de manutenção não é tecnicamente viável porque a execução do serviço pressupõe a disponibilidade imediata das peças, conforme a necessidade verificada em cada ocorrência, de modo que a condicionar a completa execução do serviço propriamente dito à dependência de terceiro que não guarda vínculo com a empresa executora pode impor entraves que dificultem, atrasem ou inviabilizem o serviço. Além disso, o emprego de peças/materiais é acessório à obrigação principal e as empresa de refrigeração comercializam tais materiais de reposição conforme praxe do mercado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em conformidade com o inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, este documento delinea os resultados que se pretende alcançar através da contratação proposta, destacando a busca pela economicidade e pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Adicionalmente, estabelece-se como meta a promoção da efetividade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Neste contexto, a terceirização do cartão alimentação, atinge os resultados pretendidos em lei, já anteriormente citados, como a garantia da utilização do auxílio em gêneros alimentícios e o atendimento ao desenvolvimento econômico local.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não visualiza-se nenhuma providência prévia ao contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Em observância ao inciso XI do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, cumpre-nos informar que, após uma análise detalhada do escopo e das necessidades específicas da contratação em questão, concluiu-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a serem consideradas. Esta decisão baseia-se na avaliação de que a natureza e os requisitos do serviço contratado são autossuficientes e não requerem a execução conjunta ou a dependência de outros contratos ou serviços externos para a sua efetiva implementação e funcionamento. Assim, este processo de contratação mantém-se focado exclusivamente no objeto principal, garantindo clareza e eficiência na gestão e execução do mesmo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Após uma minuciosa análise e avaliação conduzida no contexto da presente contratação, conforme orienta o inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, verificou-se que a execução deste contrato poderá



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



acarretar baixos impactos ambientais. Esta conclusão decorre da natureza específica do serviço contratado, que, por suas características, não demanda o consumo intensivo de energia ou de outros recursos naturais, nem envolve processos que resultem na geração de bens ou refugos passíveis de logística reversa para desfazimento e reciclagem. Assim, confirmamos a ausência de impactos ambientais diretos decorrentes da implementação e operacionalização do serviço em questão, reiterando nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante do exposto, a contratação do serviço pretendido mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 13 de maio de 2024.

Jander Jossue Lima Silva
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento